

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL

Ana Paula Ornellas Mauriel*
Adrianyce Angélica Silva de Sousa**
Alzira Maria Baptista Lewgoy***
Maria Liduína de Oliveira e Silva****
Renato dos Santos Veloso*****

É com grande satisfação que apresentamos o 36º volume da Revista *Temporalis*, com o tema da Ética, Direitos Humanos e Serviço Social, cuja preocupação com o tema se pauta na necessidade de tematizar e analisar, a partir de uma perspectiva ontológica, o campo das projeções valorativas e a particularidade assumida nessa quadra conservadora e como esta tem impactado na profissão, atravessando a inserção profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

A escolha do tema está assentada tanto nos processos recentes por que passa a sociedade brasileira onde as determinações econômicas e políticas têm impacto na sociabilidade através de um processo de reforço nas práticas conservadoras que vem acentuando as opressões e violações dos direitos humanos; como no fato de no âmbito profissional estarmos comemorando os 25 anos do Código de Ética Profissional que expressa os avanços ídeo-políticos da profissão na demarcação de sua auto-imagem e na relação com as lutas sociais e com a classe trabalhadora.

A revista está dividida em três seções: a primeira com artigos temáticos organicamente articulados ao tema desta edição; a segunda composta por textos de temas livres, mas que compõem um rol de assuntos ligados à formação e ao exercício

* Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela UFRJ, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

** Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela UFPE, Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

*** Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora do curso de Serviço Social Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**** Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCSP. Professora no curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

***** Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

profissional de assistentes sociais; e, por fim, uma seção de documentos da ABEPSS que foram divulgados e aprovados na gestão correspondente ao biênio 2017-2018.

Abrindo a seção de artigos temáticos, iniciamos com o texto **Reflexões sobre o cotidiano e a ética profissional no Serviço Social**, onde Alberta Emilia Dolores de Goes problematiza o cotidiano a partir da atuação profissional em uma perspectiva ética no serviço social. A autora considera que em uma conjuntura de barbárie social como a atual, o cotidiano além de trivial e rotineiro, deve ser visto como um espaço de reflexão e de oportunidades para o desenvolvimento de ações, estudos e pesquisas comprometidas com usuárias e usuários. Nesse sentido, apresenta como um dos principais desafios para a profissão o desenvolvimento de uma postura crítica frente à realidade social, a partir de ações alinhadas com o Código de Ética profissional e o projeto ético-político do serviço social.

Os autores Jodeylson Isiony Lima Sobrinho e Rita de Lourdes de Lima objetivam no artigo intitulado **Os desdobramentos do ethos idealista-formal no trabalho dos/as assistentes sociais**, desvelar os desdobramentos do ethos idealista-formal no trabalho dos/as assistentes sociais, tecendo assim uma mediação entre a formação e o exercício profissional. O estudo bibliográfico e documental aponta uma adesão formal ao Projeto Ético-Político Profissional alinhada a posturas conservadoras, sinalizando um crescimento do conservadorismo no âmbito da profissão e uma relação com o recrudescimento do conservadorismo mundialmente na conjuntura atual.

O artigo **Conservadorismo e laicidade de Estado: subsídios para o debate no Serviço Social** de Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso e Luciano Alves, apresenta uma instigante discussão sobre a relação entre conservadorismo, laicidade do Estado e do exercício profissional, a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Os autores apontam os desafios postos ao Projeto Ético-Político no enfrentamento deste debate e na luta contra o conservadorismo na atualidade, considerando que o componente ético-político trabalhado na perspectiva de resgatar a laicidade de Estado e do exercício profissional, compreende um grande facilitador no processo de contraposição ao conservadorismo e à lógica burguesa de dominação. Demonstra-se, portanto, a necessidade de aprofundamento deste debate no interior do Serviço Social como coerência ética com o Projeto Ético-Político, assumindo a perspectiva da defesa da liberdade e dos direitos humanos em sua radicalidade.

Bismarck Oliveira da Silva e Maria Tereza de Oliveira, no artigo **O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao Projeto ético-político do Serviço Social**, analisam os impactos das teorias pós-modernas e de suas estratégias na realidade brasileira, no processo de implementação e consolidação dos projetos societários e profissionais. Buscam desvelar elementos que expliquem o direcionamento social estratégico do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, ainda que com a aderência de alguns segmentos profissionais às perspectivas pós-modernas e à descrença em metanarrativas que dão significado social à profissão. Observam os autores que em tempos de estratégias neoconservadoras e de crise orgânica, através da ampliação de poderes político-econômico patriarcais, patrimonialistas e

segregadoras, a agenda do projeto societal burguês tem ocasionado retrocessos no âmbito das políticas públicas e setoriais, mas, ainda é possível identificar vitórias da direção ético-política da categoria de assistentes sociais frente aos projetos societários convergentes.

Abordar o debate sobre os Direitos Humanos, bem como as contradições que permeiam a relação entre os inúmeros instrumentos de efetivação de direitos e suas constantes transgressões, partindo do materialismo histórico dialético, é o objetivo de Amanda Viana de Amorim Teixeira, em **Sociedade de classe e direitos humanos: constituição do direito na sociedade burguesa**. A autora aborda o direito como mecanismo de defesa da vida humana mediante demandas trazidas pela própria sociedade em seu desenvolvimento histórico, econômico, político e social, e analisa a relação dos direitos humanos com o surgimento do Estado Moderno, demonstrando sua natureza funcional ao modelo econômico estabelecido e a necessidade de superação radical da ordem vigente, das quais as dimensões jurídica e política são partes integrantes.

O texto **Trabajo Social, Derechos Humanos y Falsa Consciencia. Elementos para una comprensión crítica**, de César Villegas-Herrera, aborda a forma pela qual uma profissão como o Serviço Social tem se construído a partir dos Direitos Humanos, dos posicionamentos ideológicos que ao invés de facilitar sua compreensão e recuperação crítica, ao contrário, tem gerado uma compreensão deshistoricizada desses mesmos valores e conceitos.

O estudo **Direitos Humanos e Serviço Social: demandas e desafios contemporâneos**, das autoras Nívea Maria Santos Souto Maior, Milca Oliveira Clementino e Rosiane Oliveira da Costa, sintetiza algumas reflexões sobre a relação entre direitos humanos e o serviço social. Nele objetiva-se discorrer acerca dos direitos humanos na atualidade, tomando como pontos de análise o contexto de retirada de direitos advindos de um processo de avanço do neoliberalismo. Nessa conjuntura, se situa o trabalho profissional do/a assistente social, em um terreno movido por interesses contraditórios que impõe limites as respostas profissionais. Nesse sentido e tomando como base esses apontamentos introdutórios, desenvolve-se estudo buscando apresentar, sinteticamente, o atual contexto de violação dos direitos humanos e as inflexões no exercício profissional do/a assistente social.

Omar Santiago Herrera Rodríguez, no artigo **Derechos Humanos y Trabajo Social. Una tesis explicativa de su relación**, examina a emergência e desenvolvimento do debate sobre Direitos Humanos no Serviço Social latinoamericano durante os anos 1980, enfatizando o caso da Costa Rica a partir da análise das condições sócio-históricas desse contexto e de como esses determinantes históricos influenciaram a recepção deste tema na Associação Profissional de Assistentes Sociais.

O artigo **Lesión de Los derechos de lamujer: caso Marielle en la prensa**, de Larissa Maria de Queiroz, trata da violação dos Direitos Humanos e, particularmente, da mulher no Brasil a partir da análise de uma reportagem sobre o assassinato de uma ativista de direitos. O estudo é baseado em leis nacionais e internacionais que tratam

do assunto. Há também uma discussão sobre a violência simbólica que afeta a mulher em seu cotidiano e que, muitas vezes, não é percebida, mesmo por essas mesmas mulheres, que podem ser agentes dos múltiplos tipos de violência que se destinam às outras mulheres. No caso da sociedade brasileira ainda machista e patriarcal, a imagem das mulheres projetada pelos principais meios de comunicação ainda é desdenhosa, além de estimular o preconceito e a discriminação de gênero.

O artigo **Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social**, de Kênia Augusta Figueiredo trata da conexão entre a Comunicação Pública e o Serviço Social, considerando aspectos como a relação entre Comunicação Pública e direitos humanos, o protagonismo da população por meio do exercício da cidadania, a transversalidade nas políticas sociais e o fortalecimento da democracia. Sustenta a autora que o Serviço Social, por meio de suas intervenções técnico-operativas e da função pedagógica alicerçada na dimensão teórico-metodológica e ético-política, tem muito a contribuir para a construção de uma cultura hegemônica dos trabalhadores com o suporte técnico-político da Comunicação Pública.

O artigo **Luta antimanicomial, racismo e o avanço do conservadorismo em tempos “temerosos”**, de autoria de Tales Willyan Fornazier Moreira e Rachel Gouveia Passos, apresenta elementos que localizam o racismo no atual contexto de avanço do conservadorismo e de crise estrutural do capital na realidade brasileira, evidenciando, a partir de dados concretos, que a população negra encontra-se no *ranking* dos mais preocupantes indicadores sociais no que tange, sobremaneira, a questões de renda; violências, nas suas mais multifacetadas formas, e escolaridade. Nesse sentido, discute acerca de como as desigualdades étnico-raciais encontram-se estruturadas na sociabilidade brasileira. Realiza também uma aproximação entre a Luta Antimanicomial e a questão racial, apontando os desdobramentos do conservadorismo na saúde mental e seus reflexos para a população negra.

Numa perspectiva contrária à moralização e potencialmente capaz de romper com o conservadorismo no âmbito das drogas, Genesis de Oliveira Pereira, em **Caminhos Ético-Políticos para o trabalho do Assistente Social na Política de Drogas**, aborda as mediações entre a política de drogas e o trabalho da(o) assistente, buscando contribuir para a construção de uma intervenção livre do moralismo e potencialmente capaz de construir respostas mais próximas da realidade dos usuários de drogas. O autor considera que a questão das drogas exige clareza valorativa tanto sobre o proibicionismo e o antiproibicionismo quanto sobre a ética profissional, demonstrando a incompatibilidade entre o proibicionismo e os valores presentes na ética profissional e reivindicando uma atuação no campo das drogas norteada pela perspectiva de redução de danos.

O artigo **Sobre a Lei Maria da Penha e as medidas de proteção de urgência judiciais**, de Emilly Marques Tenorio, traz reflexões sobre a proteção social ofertada às mulheres que requisitaram medidas de proteção de urgência judiciais previstas na “Lei Maria da Penha” (Lei 11.340/2006). O texto resulta de pesquisa documental que analisou tais ações em uma vara especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher, com a intenção de identificar o direcionamento dado às medidas e

reflete sobre os limites da proteção social na implementação dessa legislação a partir de alguns elementos centrais: a dificuldade de acesso à justiça; a reprodução do machismo institucional; o punitivismo estatal e a falta de transversalidade das ações. O artigo **Entre “amores e dissabores”: a política de Assistência Social voltada aos/as LGBTs**, de Kaline de Souza Barbosa, Poliana Machado Gomes da Silva e Jessyka Kaline Ribeiro, analisa os avanços e os desafios da Política de Assistência Social no que tange ao atendimento da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), abordando os (des)caminhos da Política de Assistência Social voltada a este público. Sustentam que, apesar das conquistas da Política de Assistência Social, a mesma não elucida a população LGBT enquanto seus/suas usuários/as, ressaltando que segmento só adentra na política por meio das categorias vulnerabilidade e risco social, ambas indicadoras de fragilidade na delimitação dos/as seus usuários/as. Concluem as autoras que não se encontram os termos identidade de gênero e orientação sexual nas legislações da Política de Assistência Social, como também não se incorpora as famílias formadas pela população LGBT.

Na seção de Temas Livres, iniciamos com o texto de Ronaldo Vielmi Fortes, o qual retoma a definição marxiana de exército industrial de reserva no artigo **Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade**, apresentando em linhas gerais os decursos históricos dos desdobramentos de tal categoria no âmbito da dinâmica processual da sociabilidade. Para o autor, tal tema permite acompanhar o movimento real das transformações na organização do trabalho e dos trabalhadores ao longo dos últimos dois séculos, propiciando elementos mais precisos para a compreensão e a crítica do suposto desfecho histórico do protagonismo da classe trabalhadora.

Em **Ideologia e Serviço Social: um debate necessário para a intervenção profissional**, Leandro Nunes e Aline Aparecida Justino analisam o complexo da ideologia em sua perspectiva histórica e categorial, ressaltando sua função de explicitar e dirimir as relações de homens e mulheres na sociedade de classes. Os autores buscam compreender a função deste complexo categorial na intervenção profissional do/da assistente social, defendendo a apreensão da ideologia como um complexo que explicita e regula as subjetividades e objetividades de homens e mulheres sob as relações sociais capitalistas, que pode contribuir para a construção de uma direção crítica e propositiva em sua intervenção profissional.

No artigo **A Reforma trabalhista brasileira e a proibição de retrocesso social: uma análise do texto reformista a partir do processo de ressignificação do direitos sociais**, de autoria de Nara Luiza Valente, Vitor Hugo Bueno Fogaça, Silmara Carneiro e Silva, objetiva analisar as motivações da reforma trabalhista brasileira, demonstrando a possibilidade de retrocesso social a partir de sua implementação. Para tanto, inicialmente, há uma reflexão teórica a respeito dos direitos fundamentais de segunda dimensão, em especial o direito ao trabalho; em seguida analisa-se o princípio da proibição de retrocesso dos direitos sociais garantidos constitucionalmente, para então adentrar na seara da reforma trabalhista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho interdisciplinar, que utilizou como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica e documental. Ao final, conclui-se que com o

advento da reforma trabalhista, direitos conquistados, a partir de históricas lutas sociais foram tolhidos, contrariando expressamente a vedação do retrocesso social. O trabalho da(o) assistente social na particularidade de sua inserção na Política de Assistência Social brasileira, especificamente nas configurações estabelecidas no município de Campina Grande – PB, é abordado em **Demandas institucionais e respostas profissionais: novas aproximações ao debate**, de José Whellison Brito dos Santos e Sheyla Suely Souza Silva, os quais analisam as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas no Brasil - dentre elas a ampliação da Política de Assistência Social e a criação do SUAS - e sua incidência sobre as demandas institucionais e respostas profissionais da(o) assistente social. Os autores sinalizam uma tendência de burocratização do trabalho da(o) assistente social, do redimensionamento de requisições e competências profissionais, bem como severas limitações impostas à construção de respostas profissionais, pela precarização das configurações de trabalho.

O texto **Fiscalização do exercício profissional dos/as assistentes sociais e suas peculiaridades**, de Mícarla de Moura Lima, trata de uma breve análise teórico-crítica sobre as peculiaridades da fiscalização do exercício profissional do/a Assistente Social, a qual é atividade precípua dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), dando destaque à relevância do trabalho desenvolvido pelos/as Agentes Fiscais que são Assistentes Sociais e estão inseridos/as nestas entidades como trabalhadores e trabalhadoras.

O estudo qualitativo-teórico-bibliográfico de Suellen Bezerra Alves Keller intitulado **“A formação em Serviço Social no período neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff: os entraves para uma educação emancipadora”**, tematiza a configuração da formação em Serviço Social entre os anos de 2011 e 2016, período em que o Brasil foi governado pela presidenta Dilma Rousseff e momento em que se vivenciou o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista. O artigo mostra como a educação institucionalizada, no modo de produção capitalista, cumpre a função prática de formar para o mercado, e ideológica de criar consensos sobre as massas. Revela ainda, que ao final dos governos de coalizão petistas, o Serviço Social vivenciou muitos desafios, resultantes, sobretudo, do crescimento de cursos de graduação à distância, bem como, o enfrentamento do conservadorismo na profissão e na realidade social, convocando uma formação emancipadora que proporcione conhecimento crítico sobre a totalidade e permita a construção de estratégias efetivas de atuação.

Maria Lúcia Teixeira Garcia, Vera Maria Ribeiro Nogueira e Hélder Boska de Moraes Sarmiento, no artigo **Avaliação de periódicos científicos da área Serviço Social – quadriênio 2013-2016**, refletem sobre o processo de avaliação do Qualis da área de Serviço Social entre 2007 e 2016, abordando aspectos que configuram o periódico como um veículo privilegiado de divulgação do conhecimento científico. O texto apresenta o sistema de avaliação de periódicos utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e discute os critérios do Qualis utilizados entre 2007 e 2012, os resultados obtidos, as mudanças realizadas no quadriênio 2013-2016 e as principais alterações e o resultado alcançado nessa área.

Este ensaio **O Serviço Social e a crítica da assistência estudantil consentida: tarefas teóricas**, de Clara Martins Nascimento, elucida caminhos analíticos a serem incorporados nos programas de investigação do Serviço Social, capazes de desvelar mediações históricas concretas que fundamentem a crítica ao projeto de *assistência estudantil consentida*. Parte de hipóteses de trabalho (desenvolvidas em estudos anteriores) que abordam a expansão da assistência estudantil na contrarreforma universitária dos anos 2000 sob o viés da refuncionalização de seu conteúdo e formato (na direção do fortalecimento de tendências produtivistas e da bolsificação de suas ações). Neste movimento, percebe o Serviço Social enquanto um dos principais sujeitos políticos responsáveis pela formulação e operacionalização destas ações nas Universidades, repensando sua contribuição para a estruturação de um projeto de assistência estudantil ampliado. Avança com a hipótese de que o aumento da participação destes profissionais nesta área não significou, na mesma proporção, um aprofundamento teórico metodológico capaz de desvelar o seu movimento real e, portanto, fazer a crítica ao projeto dominante – sintetizado aqui, a partir da categoria da assistência estudantil consentida. As constatações dispostas são de caráter preliminar e estão referenciadas na intervenção acadêmico profissional, em revisões bibliográficas e participação nos debates travados nos principais encontros da profissão. Indica sugestões de programáticas de estudos que devem ocupar centralidade nas investigações do Serviço Social na assistência estudantil – ao conceberem a gênese e desenvolvimento destas ações considerando: as determinações engendradas pela particularidade do “padrão brasileiro de escola superior” e as atuais tendências operadas na crise capitalista e suas repercussões na disputa entre diferentes projetos educacionais.

O trabalho de Joyce Helena Martins Leal, **Serviço Social e Educação Permanente: interface entre preceptoria e formação em saúde** aborda reflexões sobre a experiência dos preceptores de Serviço Social no Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia (PRMO) do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). Objetiva compreender, sob a ótica dos assistentes sociais preceptores, como o PRMO do INCA tem contribuído para o processo de formação e educação permanente dos assistentes sociais. Foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa, por meio de questionário semiestruturado aplicado a 31 assistentes sociais preceptores e de grupo focal com participação de 04 membros da Comissão de Ensino do Serviço Social. Sua sistematização está dividida em dois eixos analíticos: (1) aspectos conceituais relativos a Política de Educação Permanente e o Serviço Social na Residência Multiprofissional; (2) perfis acadêmico e profissional dos preceptores e as reflexões sobre as potencialidades, limites e desafios da formação em saúde. Os resultados sinalizam que a residência constitui um importante espaço de formação profissional para os assistentes sociais, considerando a perspectiva do Projeto Ético Político. Frente aos desafios cotidianos dos serviços de saúde, faz-se necessário pensar em novos horizontes para a consolidação da residência, enquanto estratégia de qualificação da assistência aos usuários.

Na continuidade dos temas livres, tem-se o texto **Emergência do Serviço Social no Espírito Santo: a questão social em foco**, no qual as autoras Raquel Mota

Mascarenhas e Gabriella de Souza Xavier refletem sobre a relação entre “questão social” e Serviço Social no estado brasileiro do Espírito Santo entre 1940 e 1960. Para tal, em recusa a uma perspectiva endógena, destacam as particularidades da formação social estadual em que emerge o Serviço Social, observando sua institucionalização, principais demandas e sujeitos envolvidos neste processo.

Na seção de **Documentos**, abrimos com a Carta da ABEPSS às/aos Assistentes Sociais brasileiras/os pelo 15 de maio de 2018 - Somos Assistentes Sociais prontos para “resistir e fazer brotar a flor viva!”, comunicado em que a ABEPSS, neste ano de 2018, veio saudar mais uma vez as/os assistentes sociais brasileiras/os no dia 15 de maio – Dia da/o Assistente Social. Esse é um dia de comemorações e de reafirmar, no conjunto das organizações da categoria, a direção social desta profissão historicamente construída e socialmente referenciada como classe trabalhadora. Carta que se mostra um atual chamado à resistência nessa conjuntura tão árdua.

Outra contribuição importante para as resistências no último biênio foi o documento sobre **As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate**. Tendo em vista o compromisso ético-político e acadêmico-histórico da ABEPSS e a consonante defesa dos princípios profissionais, com a defesa da superação de todas as formas de exploração e opressões. Com o entendimento de que a questão étnico-racial não pode ser compreendida e tratada de forma desvinculada dos processos de produção e reprodução da vida social, tomamos como pressuposto que “o racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. O racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (ALMEIDA, 2016, p. 23). Diante disso, a ABEPSS assumiu a posição de orientação às unidades formadoras em relação às cotas na Pós-Graduação em Serviço Social.

Em seguida, são apresentados três documentos que foram aprovados na Assembleia GERAL da ABEPSS realizada no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS).

O primeiro trata de um **Posicionamento da ABEPSS sobre a ofensiva da extrema direita contra a Educação Pública e seus impactos para a Pós-Graduação**, a qual na condição de entidade organizativa protagonista da consolidação da área de Serviço Social no campo do ensino e da pesquisa, que se propõe a coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social, vem se posicionar frente ao anúncio de diversas medidas nefastas para a educação brasileira e apresentar seus principais impactos para a pesquisa e a pós-graduação em Serviço Social.

O segundo apresenta os **Parâmetros para Organização dos Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social**, documento que tem como finalidade provocar um amplo debate nacional sobre a organização e operacionalização dos fóruns de supervisão, em cada Unidade de Formação Acadêmica (UFA), em cada Estado e em cada Regional da ABEPSS. Define-se, neste texto, um conjunto de orientações que visam fortalecer a concepção de estágio supervisionado na perspectiva das Diretrizes Curriculares

(ABESS/CEDEPSS, 1996), bem como, da Política Nacional de estágio - PNE (ABEPSS, 2010).

Por fim, nos **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) traz ao público, em especial, ao conjunto de seus associados, um conjunto de elementos para contribuir e direcionar o debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais, mantendo seu compromisso com um projeto de formação profissional que tem por base valores éticos que ensejem as lutas anti-racistas.

Desejamos a todas e todos uma leitura que proporcione o debate, inspire novas questões e fortaleça as lutas!

“Quem é de luta, Resiste!”
Gestão 2017-2018